



Câmara Municipal de Benavente

Subunidade Orgânica de Atas e Apoio aos Órgãos Autárquicos

Ata n.º 22/2026

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE JUNHO DE 2026

(Contém 8 páginas e Anexo com 9 páginas)

ATA N.º 22/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 9 horas e 30 minutos

Encerramento: 10 horas e 00 minutos

No dia vinte e dois do mês de junho de dois mil e vinte e seis, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas nove horas e trinta minutos, a senhora presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, reuniu a mesma, estando presentes os senhores vereadores:

Paulo Sérgio Correia Abreu, em representação da AD

Carlos Hipólito Falua e Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU – Coligação Democrática Unitária

Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, em representação do CHEGA

Pedro Alexandre Santos Gameiro, em representação do PS – Partido Socialista

Pela senhora presidente foi declarada aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA		
	Gestão e Controle do Plano e do Orçamento		
1	3.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026		
2	Apresentação dos documentos de contas consolidadas de 2025		
3	Aprovação de deliberações em minuta		

Secretariou a chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Ana Carla Ferreira Gonçalves, coadjuvada por Fernando Alberto Marcelino Rodrigues, coordenador técnico.

02- DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**Gestão e Controle do Plano e do Orçamento****Ponto 1 – 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2026**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação por parte da Assembleia Municipal, a presente proposta de 3.ª revisão orçamental, elaborada de acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL (em vigor por força do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP)). A revisão orçamental implica as seguintes modificações:

MODIFICAÇÕES NA RECEITA

Económica	Designação	Reforços 2026	Reduções 2026
0603019919	Portugal Events – Feira anual Benavente	80 000,00	
1003070161	Escola Secundária Samora Correia		-100 000,00
TOTAIS		80 000,00	-100 000,00
TOTAL RECEITA		-20 000,00	

MODIFICAÇÕES NA DESPESA

GOP	Designação	Económica	Reforços 2026	Reduções 2026
03 1 2024/5 2	Escola Secundária Samora Correia c/Projeto	0701030501		-48 541,00
03 2 2025/9 1	Terapia da fala – acordo cooperação com inst. Sem fins lucrativos	040701		-1.185,00
07 2 2025/25 1 2	Func. inst e equip. desportivos /conservação/Recursos materiais	020121		-7.239,00
11 2 2025/43 1	Espetáculos artísticos, sonorização e iluminação	02022502		-10.850,00
11 2 2025/43 2	Feira anual de Benavente/Locação de equipamentos diversos	020208		-50 171,00
11 2 2025/43 3	Feira anual de Benavente/Vigilância e segurança	020218		-19.000,00
11 2 2025/43 4	Feira anual de Benavente 2026	02022502	160.000,00	
12 1 2026/19	Cooperação com a CIMLT – Brigada Sapadores Florestais	0805010401	1.315,00	
12 1 2025/50 22	Func.unid.org./ Outros bens	020121		-21.189,00
12 2 2025/50 29	Func.unid.org./ Locação de outros bens	020208		-10.000,00
12 2 2025/50 41	Func.unid.org./ Serviços de restauração	02022501		-8.140,00
12 0 2025/50 48	Func.unid.org./ IVA pago	06020301		-5.000,00

TOTAIS	161 315,00	-181 315,00
TOTAL DESPESA	-20 000,00	

Com a realização da referida revisão, o orçamento total de 2026 irá sofrer uma redução de 20 000 euros.

Paços do Município, 17 de junho de 2026

A presidente da Câmara Municipal, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA PRESIDENTE apresentou a terceira revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026 e disse que a mesma contempla a inclusão de uma verba destinada à realização da Feira Anual de Benavente.

Explicou que, no âmbito do projeto da Escola Secundária de Samora Correia, após o apuramento das contas finais do projeto, se concluiu não haver necessidade de proceder à revisão da verba inicialmente prevista, motivo pelo qual a verba inscrita nessa rubrica ficou aquém do valor anteriormente considerado.

Acrescentou que foram ,ainda, efetuados alguns ajustamentos e previsões de despesas até ao final do ano, tratando-se essencialmente de pequenas alterações ao orçamento.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO considerou que na presente revisão orçamental, o Executivo ajustou, essencialmente, a afetação dos recursos financeiros, retirando verbas de projetos que não irão avançar durante o ano, ou que apresentaram custos inferiores aos inicialmente previstos, canalizando-as para áreas que apresentam necessidades mais urgentes.

Indicou que, analisando os documentos, era possível dividir os impactos para os municípios em duas frentes distintas.

No que respeitava às áreas onde existiam benefícios claros e reforço do investimento, destacou a Dinamização Económica e o Lazer, referindo que tinha sido criada uma dotação substancial de cento e sessenta mil euros para a Feira Anual de Benavente, complementada com reforços nas componentes de espetáculos, sonorização e iluminação.

Considerou que tal beneficiava a comunidade ao assegurar a realização das festividades locais, atraindo visitantes e dinamizando o comércio tradicional.

Destacou, igualmente, a área da Proteção e das Parcerias Locais, referindo a criação de uma nova dotação destinada à cooperação com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito da Brigada de Sapadores Florestais, traduzindo-se num benefício direto para a segurança, prevenção de incêndios e proteção do território municipal.

Relativamente às áreas que sofreram reduções e onde os municípios poderiam sentir menor investimento imediato, referiu que a rubrica da Educação apresentava uma redução líquida global de quarenta e nove mil, setecentos e vinte e seis euros, motivada pela inexistência da necessidade de proceder à revisão do projeto da Escola Secundária de Samora Correia, cuja dotação foi reduzida em quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e um euros.

Frisou que tal situação poderia parecer negativa à primeira vista, mas esclareceu que, em gestão autárquica, este tipo de ajustamento normalmente resulta de reprogramações ou adequações financeiras e não, necessariamente, de um corte definitivo no apoio às escolas.

Referiu que o setor do Desporto e Animação de Tempos Livres, sofreu um ligeiro decréscimo de sete mil, duzentos e trinta e nove euros, na conservação e funcionamento de instalações e equipamentos.

Mencionou, igualmente, que a verba destinada à Terapia da Fala, no âmbito de acordos de cooperação com instituições sem fins lucrativos, sofreu um ajustamento em baixa de mil cento e oitenta e cinco euros.

Afirmou que a revisão orçamental beneficiava os munícipes, sobretudo no curto prazo, ao reforçar a dinâmica cultural, associativa e a proteção civil do concelho, através do investimento na Feira Anual de Benavente e na segurança florestal, razão pela qual os vereadores do partido CHEGA iriam votar favoravelmente a proposta.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO solicitou alguns esclarecimentos relativamente às rubricas da Feira Anual de Benavente.

Disse existir um reforço de receita de oitenta mil euros, resultante de uma candidatura ao programa *Portugal Events*, do Turismo de Portugal, questionando se existia já garantia de aprovação dessa candidatura e da consequente atribuição da verba.

Questionou, igualmente, a eliminação de diversas rubricas específicas da Feira Anual, designadamente, relacionadas com aluguer de equipamentos, vigilância e outras componentes, verificando-se a concentração de toda a despesa numa única rubrica designada “Feira Anual de Benavente”.

Perguntou se tal significava que a organização da Feira poderia vir a ser entregue a uma entidade externa, em vez de continuar a ser organizada diretamente pela Câmara Municipal, como sucedera até então.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO realçou que esta era já a terceira revisão orçamental e considerou importante acompanhar de forma rigorosa a evolução das receitas, dos custos e do investimento municipal.

Associou-se às questões colocadas pelo Vereador Hélio Justino, relativamente ao reforço de cento e sessenta mil euros, para a Feira Anual, considerando importante perceber o modelo de gestão adotado pela Câmara Municipal.

Recordou intervenções anteriores sobre contratos celebrados pelo Executivo, afirmando que, sempre que são assumidas despesas não previstas inicialmente no orçamento, torna-se necessário compensá-las através da redução de verbas noutras áreas.

Manifestou concordância com o investimento na Feira Anual, mesmo que o financiamento da candidatura ainda não se encontre garantido, considerando, contudo, que se a candidatura fosse aprovada, poderia representar uma boa oportunidade financeira para o Município.

Disse que votaria favoravelmente a proposta, deixando o alerta para a necessidade de acompanhamento permanente da gestão municipal e da evolução das despesas, receitas e investimentos.

O SENHOR VEREADOR PAULO ABREU afirmou que a preocupação com o rigor financeiro era partilhada pelo Executivo.

Esclareceu que, em 2025, a Feira Anual de Benavente, teve um custo aproximado de cem mil euros para o Município e que, caso a candidatura ao programa *Portugal Events* seja aprovada, seria possível duplicar o investimento no evento, com um esforço financeiro municipal inferior, situação que considerou positiva e justificadora da estratégia adotada.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO esclareceu que compreendia o enquadramento apresentado, mas reiterou a sua preocupação com a gestão global dos recursos financeiros municipais, afirmando que a realização de despesas adicionais implica, necessariamente, compensações noutras áreas.

Referiu a existência de novos contratos celebrados pelo Município, incluindo um contrato de assessoria jurídica superior a noventa e um mil euros, considerando importante discutir futuramente essa matéria.

A SENHORA PRESIDENTE esclareceu que a assessoria jurídica era uma necessidade legal.

Explicitou que o anterior contrato de assessoria jurídica e judicial externa tinha terminado e que, durante o período de transição até à contratação do novo prestador, foi necessário assegurar a continuidade da representação jurídica do Município nos processos judiciais em curso.

Relativamente à candidatura ao Turismo de Portugal, esclareceu que, como em qualquer candidatura, não existia garantia absoluta de aprovação até à comunicação da decisão final.

Referiu, contudo, que o Município estava a procurar aproveitar todas as oportunidades de financiamento disponíveis, quer para eventos, quer para projetos de habitação ou regeneração urbana.

Acrescentou que, caso a candidatura não viesse a ser aprovada, seria necessário proceder aos ajustamentos financeiros adequados.

Informou que a estratégia do Executivo passa por apostar cada vez mais em eventos , em regime “chave na mão”, reduzindo a necessidade de mobilização intensiva dos trabalhadores municipais para tarefas de montagem, desmontagem e de demais apoio logístico.

Referiu que esta opção permitia maior profissionalização dos eventos, reduzindo, simultaneamente, o desgaste dos funcionários e a necessidade de trabalho suplementar.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO disse respeitar a opção de gestão adotada pelo Executivo, embora pessoalmente não a partilhasse.

Esclareceu que a sua questão relativa aos oitenta mil euros, decorria do facto de existirem informações recentes indicando que as dotações do programa *Portugal Events*, para dois mil e vinte e seis, se encontravam esgotadas, encontrando-se apenas previstas novas candidaturas para 2027.

A SENHORA PRESIDENTE informou que o Executivo aguardava a decisão do Turismo de Portugal quanto à atribuição de financiamento à candidatura apresentada.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO disse que a CDU se ia abster na votação da proposta, pelo facto de a Câmara Municipal optar por recorrer a uma organização externa para a realização da Feira Anual de Benavente, considerando que a mesma deveria continuar a ser organizada diretamente pela Câmara Municipal.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO apresentou declaração de voto, referindo que o partido CHEGA votaria favoravelmente a proposta.

Manifestou concordância com a realização de eventos desportivos, socioculturais e recreativos em regime “chave na mão”, considerando que tal permitia beneficiar da experiência e do profissionalismo de entidades especializadas, enquanto reduzia o desgaste dos trabalhadores municipais e a necessidade de recurso a horas extraordinárias, permitindo que estes mantivessem a normalidade das suas funções durante a semana.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores em representação da CDU, Hélio Manuel Faria Justino e Carlos Hipólito Falua, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026, que faz parte integrante da presente ata, e submeter a mesma à eventual aprovação da Assembleia

Municipal, nos termos da al. c), n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Ponto 2 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025

Nos termos do disposto na al. l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto se remete, para aprovação da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, e que englobam:

- Relatório de Gestão Consolidado;
- Demonstrações Financeiras Consolidadas: Balanço Consolidado, Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada, Fluxos de Caixa Consolidados, Alterações ao Património Líquido Consolidadas e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas; e
- Documentos de suporte.

Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, os quais devem constar da ata:

- **Balanço:**
 - Ativo – € 96.847.923,49
 - Património Líquido – € 86.302.370,82
 - Passivo – € 10.545.552,67
- **Rendimentos e Gastos (DR)**
 - Rendimentos – € 32.669.167,96
 - Gastos – € 34.225.827,16
 - Resultado Líquido – € -1.556.659,20
- **Recebimento e Pagamentos (DFC):**
 - Saldo da gerência anterior:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 5.042.915,88
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.146.204,17
 - Recebimentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 37.437.747,76
 - ✓ Operações Tesouraria – € 298.055,07
 - Pagamentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 33.813.510,29
 - ✓ Operações Tesouraria – € 164.038,34
 - Saldo para a gerência seguinte:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 8.667.153,35
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.280.220,90

Benavente, 17 de junho de 2026

A presidente da Câmara Municipal, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA PRESIDENTE informou que a consolidação de contas de 2025 refletia, essencialmente, a integração do resultado líquido da empresa Águas do Ribatejo, na proporção correspondente à participação do Município de Benavente, fixada em 16,44%.

Referiu que foi, igualmente, efetuado um ajustamento relacionado com o reconhecimento de subsídios ao investimento daquela empresa, de forma a assegurar que o valor da participação municipal ficasse corretamente refletido na contabilidade.

Esclareceu que estes procedimentos já tinham sido considerados na prestação de contas individuais do Município, pelo que as contas consolidadas apenas detalhavam a integração efetuada.

Acrescentou que a apresentação das contas consolidadas constituía uma obrigação legal, devendo ser remetida ao Tribunal de Contas até ao final do mês de junho.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO questionou se a empresa RESIURB se encontrava em processo de extinção.

A SENHORA PRESIDENTE confirmou que existia um processo em curso, com vista à extinção daquela entidade.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO apresentou uma análise detalhada dos documentos de prestação de contas consolidadas.

Referiu que a prestação de contas consolidadas cumpria o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013.

Indicou que o Município detinha participações em diversas entidades, designadamente na ANMP, com 0,32%, na RESIURB, com 19,50%, na AMPV, com 0,5%, na AMVT, com 4,81%, e na CIMLT, com 7,88%.

Esclareceu que, por se tratar de entidades associativas municipais e intermunicipais, estas se encontravam fora do perímetro da consolidação.

Observou que a consolidação financeira era efetuada, exclusivamente, com a empresa Águas do Ribatejo, aplicando-se o método da equivalência patrimonial à participação municipal de 17,44%.

Indicou que a empresa Águas do Ribatejo, registou, em 2025, um resultado líquido global de 1.584.296,98€ (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis euros e noventa e oito centimos).

Acrescentou que a quota-parte correspondente ao Município de Benavente, ascendia a 260.458,42 € (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e dois centimos).

Explicou que, após os ajustamentos contabilísticos necessários, incluindo variações associadas aos subsídios ao investimento da empresa, no valor de 193.016,52 € (cento e noventa e três mil, dezasseis euros e cinquenta e dois centimos), a participação líquida final do Município cifrou-se em 67.441,90 € (sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um euros e noventa centimos).

Relativamente ao balanço consolidado de 31/12/2025, afirmou que o ativo total ultrapassava os 96.000.000,00 € (noventa e seis milhões de euros), representando um crescimento face ao exercício anterior.

Indicou que o ativo não corrente ascendia a 75.962.299,29 € (setenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e noventa e nove euros e vinte e nove centimos), incluindo 11.082.104,12 € (onze milhões, oitenta e dois mil, cento e quatro euros e doze centimos) em participações financeiras.

Disse, ainda, que o ativo corrente se situava próximo dos 21.000.000,00 € (vinte e um milhões de euros), incluindo cerca de 10.000.000,00 € (dez milhões de euros), em caixa e depósitos.

Indicou que o património líquido consolidado ascendia a cerca de 86.000.000,00 € (oitenta e seis milhões de euros).

Relativamente ao passivo total, informou que o mesmo ascendia a 10.545.552,67 € (dez milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos), repartido entre 6.278.125,67 € (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e vinte e cinco euros e sessenta e sete cêntimos), de passivo não corrente e 4.267.427,00 € (quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete euros) de passivo corrente.

Comentou que os principais rendimentos operacionais resultavam dos impostos, contribuições e taxas, no valor aproximado de 17.000.000,00 € (dezassete milhões de euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos, na ordem dos 11.000.000,00 € (onze milhões de euros).

Destacou, igualmente, os gastos com pessoal, que ascenderam a 14.714.676,84 € (catorze milhões, setecentos e catorze mil, seiscentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), bem como os com os fornecimentos e serviços externos, na ordem dos 8.500.000,00 € (oito milhões e quinhentos mil euros).

Concluiu, referindo que o resultado líquido consolidado do período foi negativo em 1.556.659,20 € (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos), resultado que refletia o resultado negativo individual do Município, no montante de 1.817.117,62 € (um milhão, oitocentos e dezassete mil, cento e dezassete euros e sessenta e dois cêntimos), mitigado pelo impacto positivo da equivalência patrimonial das Águas do Ribatejo, no valor de 260.458,42 € (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos).

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2025 que, depois de assinados, digitalmente, ficam arquivados em ficheiro eletrónico anexo à presente ata, e submeter os mesmos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art. 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Ponto 3 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- 3.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026;
- Apresentação dos documentos de contas consolidadas de 2025;

Não havendo mais nada a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião às 10 horas.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada, digitalmente.

E eu, Ana Carla Ferreira Gonçalves, chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, a subscrevo e assino.

**Município
de
Benavente**

**3.ª Revisão
ao
Orçamento
da RECEITA e da
DESPESA
para o ano financeiro**



APROVAÇÃO

**Câmara Municipal
Assembleia Municipal**

**Reunião de /06/2026
Sessão de /06/2026**

Município de Benavente

Revisão N.º 3 ao Orçamento da Receita de 2026

Classificação Económica		Previsão Atual	Previsão Modificada			Previsão Final	Anos Seguintes				Observações
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4	
06	Transferências correntes	11 872 034,00	80 000,00			11 952 034,00					
0603	Administração central	11 354 628,00	80 000,00			11 434 628,00					
060301	Estado	11 038 444,00	80 000,00			11 118 444,00					
06030199	Outras	123 985,00	80 000,00			203 985,00					
0603019919	Portugal Events - Feira Anual Benavente		80 000,00			80 000,00					
10	Transferências de capital	11 575 201,00		100 000,00		11 475 201,00					
1003	Administração central	11 575 201,00		100 000,00		11 475 201,00					
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	5 616 890,00		100 000,00		5 516 890,00					
10030701	FEDER	2 797 345,00		100 000,00		2 697 345,00					
1003070161	Escola Secundária Samora Correia	200 000,00		100 000,00		100 000,00					
Totais:		200 000,00	80 000,00	100 000,00	0,00	180 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

PRESIDENTE

Em de de

.....

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Benavente

Revisão N.º 3 ao Orçamento da Despesa de 2026

Classificação Económica		Dotação Atual	Dotação Modificada			Dotação Final	Anos seguintes				Observações
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4	
01	Câmara Municipal	52 684 860,35	150 465,00	170 465,00		52 664 860,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	02	Aquisição de bens e serviços	11 164 429,00	149 150,00	115 739,00	11 197 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0201	Aquisição de bens	2 942 245,00		28 428,00	2 913 817,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	020121	Outros bens	621 291,00		28 428,00	592 863,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0202	Aquisição de serviços	8 222 184,00	149 150,00	87 311,00	8 284 023,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	020208	Locação de outros bens	525 780,00		60 171,00	465 609,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	020218	Vigilância e segurança	298 651,00		19 000,00	279 651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	020225	Outros serviços	719 656,00	149 150,00	8 140,00	860 666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	02022501	Serviços de restauração	41 000,00		8 140,00	32 860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	02022502	Serviços culturais	241 431,00	149 150,00		390 581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	04	Transferências correntes	4 994 187,00		1 185,00	4 993 002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0407	Instituições sem fins lucrativos	2 238 150,00		1 185,00	2 236 965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	040701	Instituições sem fins lucrativos	2 238 150,00		1 185,00	2 236 965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	06	Outras despesas correntes	232 500,00		5 000,00	227 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0602	Diversas	232 500,00		5 000,00	227 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	060203	Outras	212 500,00		5 000,00	207 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	06020302	IVA pago	16 000,00		5 000,00	11 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07	Aquisição de bens de capital	18 108 458,35		48 541,00	18 059 917,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0701	Investimentos	18 108 457,35		48 541,00	18 059 916,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	070103	Edifícios	2 373 480,35		48 541,00	2 324 939,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010305	Escolas	956 498,00		48 541,00	907 957,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0701030501	Construção	704 348,00		48 541,00	655 807,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	08	Transferências de capital	505 400,00	1 315,00		506 715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	0805	Administração local	0,00	1 315,00		1 315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	080501	Continente	0,00	1 315,00		1 315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	08050104	Associações de municípios	0,00	1 315,00		1 315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de Benavente

Revisão N.º 3 ao Orçamento da Despesa de 2026

Classificação Económica		Dotação Atual	Dotação Modificada			Dotação Final	Anos seguintes				Observações
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4	
01	0805010401 Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo -CIMLT	0,00	1 315,00			1 315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		4 686 651,00	150 465,00	170 465,00	0,00	4 666 651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

PRESIDENTE

Em de de

.....

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



3.^a Revisão as

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

**para o ano financeiro
de**

2026

APROVAÇÃO

**Câmara Municipal
Assembleia Municipal**

**Reunião de /06/2026
Sessão de /06/2026**



MODIFICAÇÕES
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026
Revisão Nº 3

Obj	Prog.	Projeto	Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas										Anos Seguintes					
									Dotação Atual			Modificação			Dotação Corrigida				Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes
									Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
03					EDUCAÇÃO				- 8 035 954,00	208 500,00	8 244 454,00	-49 726,00		7 986 228,00	208 500,00	8 194 728,00								
03	1				Investimentos				- 1 036 999,00	208 500,00	1 245 499,00	-48 541,00		988 458,00	208 500,00	1 196 958,00								
03	1	2024	5		Escola secundária de Samora Correia com Pavilhão Gimnodesportivo				- 148 541,00		0,00	-48 541,00		100 000,00		100 000,00								
03	1	2024	5	2	Escola secundária, Samora C./ Projeto	01	070103050 004	01/25/12/26	148 541,00	0,00	148 541,00	-48 541,00		100 000,00		100 000,00								
03	2				Serviços				- 6 998 955,00	0,00	6 998 955,00	-1 185,00		6 997 770,00		6 997 770,00								
03	2	2025	9		Saúde escolar				- 25 500,00	0,00	25 500,00	-1 185,00		24 315,00		24 315,00								
03	2	2025	9	1	Terapia da fala - Acordo cooperação com inst. sem fins lucrativos	01	040701	003 01/25/12/26	25 000,00	0,00	25 000,00	-1 185,00		23 815,00		23 815,00								



MODIFICAÇÕES

ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026
Revisão Nº 3

Obj	Prog.	Projeto	Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas													
									Ano Corrente - 2026										Anos Seguintes			
									Dotação Atual		Modificação		Dotação Corrigida		Total							
		Ano	Nº			Org	Económica	Início	Fim	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes		
07					DESPORTO E ANIMAÇÃO DE TEMPOS LIVRES					1 579 558,00	561 999,00	2 141 557,00	-7 239,00	1 572 319,00	561 999,00	2 134 318,00						
07	2				Serviços					- 791 398,00	0,00	791 398,00	-7 239,00	784 159,00	0,00	784 159,00						
07	2	2025	25		Desporto e animação de tempos livres / Funcionamento de instalações e equipamentos					- 62 098,00	0,00	62 098,00	-7 239,00	54 859,00	0,00	54 859,00						
07	2	2025	25	1	Desporto e anim. temp. livres / Func. instalaç. e equipam. / Conservação					- 47 098,00	0,00	47 098,00	-7 239,00	39 859,00	0,00	39 859,00						
07	2	2025	25	1	Funcion. instalaç. e equip. desportivos / Conservação / Recursos materiais	01	020121	006	01/25/12/25	15 290,00	0,00	15 290,00	-7 239,00	8 051,00	0,00	8 051,00						



MODIFICAÇÕES

ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026
Revisão Nº 3

Obj.	Prog.	Projeto	Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas															
									Ano Corrente - 2026										Anos Seguintes					
									Dotação Atual					Modificação										
									Org.	Económica	Início	Fim	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030
11					DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA																			
11	2				Serviços																			
11	2	2025	43		Feira anual de Benavente (Tasquinhas)																			
11	2	2025	43	1	Espectáculos artísticos, sonorização e iluminação	01	02022502	006	01/25/12/25	12 000,00	0,00	0,00	0,00	174 479,00	0,00	174 479,00	0,00	174 479,00	0,00	174 479,00	0,00	1 150,00		
11	2	2025	43	2	Feira anual de Benavente / Locação de equipamentos diversos	01	020208	006	01/25/12/25	63 500,00	0,00	0,00	63 500,00	-50 171,00	13 329,00	0,00	13 329,00	0,00	13 329,00	0,00	0,00			
11	2	2025	43	3	Feira anual de Benavente / Vigilância e segurança	01	020218	006	01/25/12/25	19 000,00	0,00	0,00	19 000,00	-19 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
11	2	2025	43	4	Feira anual de Benavente 2026	01	02022502	006	01/25/12/25	0,00	0,00	0,00	160 000,00	160 000,00	0,00	160 000,00	0,00	160 000,00	0,00	160 000,00	0,00	160 000,00		



MODIFICAÇÕES

ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Obj/Prog.	Projeto	Aç. Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas													
						Org	Económica	Ano Corrente - 2026		Dotação Atual				Dotação Corrigida				Anos Seguintes			
								Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes	
12			ESTRUTURA INSTRUMENTAL DO MUNICÍPIO					19 989 149,00	730 000,00	20 719 149,00	-43 014,00	19 946 135,00	730 000,00	20 676 135,00							
12	1		Investimentos					1 470 537,00	650 000,00	2 120 537,00	1 315,00	1 471 852,00	650 000,00	2 121 852,00							
12	1	2026	19		01	080501040	01	01/26/12/26	0,00	0,00	0,00	1 315,00	1 315,00	0,00	1 315,00						
12	2							18 518 612,00	80 000,00	18 598 612,00	-44 329,00	18 474 283,00	80 000,00	18 554 283,00							
12	2	2025	50					17 591 558,00	80 000,00	17 671 558,00	-44 329,00	17 547 229,00	80 000,00	17 627 229,00							
12	2	2025	50	22		01	020121	600 000,00	0,00	600 000,00	-21 189,00	578 811,00	0,00	578 811,00							
12	2	2025	50	29		01	020208	186 409,00	0,00	186 409,00	-10 000,00	176 409,00	0,00	176 409,00							
12	2	2025	50	41		01	02022501	40 000,00	0,00	40 000,00	-8 140,00	31 860,00	0,00	31 860,00							
12	2	2025	50	48		01	06020302	16 000,00	0,00	16 000,00	-5 000,00	11 000,00	0,00	11 000,00							
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP								1 125 740,00	0,00	1 125 740,00	-20 000,00	1 105 740,00	0,00	1 105 740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____